

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Notícias

Diário da Manhã

Cientista político diz, em evento no TCE, que polarização no Brasil é mais percepção dó que realidade

.....

O Popular

Diretora da CelgPar é exonerada em meio a divergências internas

.....

Jornal do Vale

Parecer do TCE, vetos e proposituras do Governo são lidos no Expediente

.....

O Popular

Diretora da CelgPar é exonerada em meio a divergências internas

.....

TV Atual

Parecer do TCE, vetos e proposituras do Governo são lidos no Expediente

.....

Cientista político diz, em evento no TCE, que polarização no Brasil é mais percepção dó que realidade

A polarização política no Brasil é, em grande parte, uma percepção distorcida da realidade. A avaliação é do cientista político Felipe Nunes, professor da FGV e sócio-fundador da Quaest, durante palestra no 1º Encontro Goiano de Comunicação no Setor Público, promovido pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), em Goiânia.

Segundo ele, pesquisas mostram que a divisão ideológica é mais equilibrada do que muitos imaginam. Em levantamento com 10 mil entrevistados, base de seu livro Brasil no Espelho (a ser lançado em outubro), 38% dos brasileiros se dizem de direita ou bolsonaristas, contra 31% que se identificam como petistas ou de esquerda, e 31% independentes. No entanto, quando questionados sobre como enxergam o país, a percepção distorce: direita soma 44%, esquerda 41% e independentes apenas 15%.

"A polarização está na cabeça, mas afeta o comportamento. As pessoas se antecipam ao que julgam um cenário polarizado e partem para o voto estratégico" afirmou.

Nunes destacou que a divisão, inicialmente eleitoral, ganhou contornos políticos, sociais e afetivos, atingindo um pico em 2022. Pesquisas recentes indicam que o fenômeno se mantém: em 2024, 43% disseram que deixariam o país se pudessem; 38% deixariam de ouvir um artista por apoiar adversário; e 34% mudariam o filho de escola por divergência política.

O cientista político também chamou atenção para a "ilusão do conhecimento" Em perguntas objetivas sobre economia, covid-19 e violência, a média de acertos foi de apenas 0,82 em quatro, mas os entrevistados acreditavam ter acertado 2,26. "Vivemos a era do viés de confirmação. As redes sociais nos oferecem o que queremos ouvir, criando o ambiente perfeito para estarmos sempre certos" disse.

Outro ponto é a comunicação de nicho, que reduz o contato com visões diferentes. Votantes de Lula, por exemplo, assistem mais TV; já os de Bolsonaro consomem mais redes sociais. "Estamos construindo um país desconfiado, e sociedades com alto nível de desconfiança não conseguem fortalecer a democracia nem se desenvolver economicamente" alertou.

Diretora da CelgPar é exonerada em meio a divergências internas

Diretora de Gestão Corporativa da Companhia Celg de Participações (CelgPar), Anita Luzia de Souza Pinheiro da Costa Belchior é a segunda integrante da cúpula da empresa a cair em meio às divergências sobre valores de venda de ativos que será realizada na próxima sexta-feira (3). Segundo o governo estadual, ela será substituída por Luiz Leite, que atuou como assessor na Celg Geração e Transmissão (Celg GT).

No sábado (27), como mostrou o POPULAR, o presidente Fernando Navarrete pediu exoneração após embate com a cúpula do governo estadual sobre a definição da data do leilão, diante de indícios de subavaliação apontados pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO).

Anita, que é mulher do ex-deputado estadual Samuel Belchior (M DB), votou contra a nova data marcada (3/10) para o leilão na B3, em São Paulo, em reunião da diretoria na quinta-feira (25), já após a saída de Navarrete. A reunião revogou a suspensão que o ex-presidente havia anunciado na segunda-feira (22), com a assinatura de todos os diretores.

O governo afirmou apenas que a troca ocorreu para que um especialista em liquidações assuma o cargo.

O secretário-geral de Governo, Adriano da Rocha Lima, assumirá o comando da companhia na sexta-feira, mesmo dia do leilão que foi remarcado com o mesmo valor mínimo, de R$ 194,6 milhões. Relatório técnico do TCE-GO apontou questionamentos sobre a metodologia de cálculo e avaliou que poderia haver aumento de cerca de R$ 100 milhões pelos quatro ativos que serão leiloados.

Adriano defende a metodologia de avaliação da companhia e argumenta que, como não houve nenhum ato do tribunal no sentido de defender a suspensão, não há motivo para a não realização.

O leilão estava inicialmente marcado para 30 de setembro, mas no dia 11 o governo foi notificado sobre o relatório técnico do tribunal. O conselheiro Celmar Rech enviou ofício à SGG com pedido de esclarecimentos sobre pontos formulados pela equipe de auditoria do tribunal, que recomendava "revisão criteriosa dos valores atribuídos aos lotes, considerando as premissas mais vantajosas ao Tesouro Estadual, a fim de assegurar uma venda mais favorável ao Estado, sem comprometer a razoabilidade dos valores e a competitividade/atratividade do leilão".

Navarrete e os demais diretores da companhia aprovaram a suspensão publicada na segunda-feira, o que gerou reação de Adriano. Em nota na semana passada, o secretário afirmou que o ex-presidente tomou decisões unilaterais, consideradas "insubordinação".

Na quarta-feira (24), houve rumores de que o governo poderia destituir toda a diretoria pelo fato de os integrantes terem assinado a ata da reunião que aprovou a suspensão do leilão. Além de Anita, o ex-presidente do Detran-GO e tesoureiro do diretório estadual do União Brasil. Marcos Roberto Silva, é diretor técnico e comercial, e o ex-prefeito de Aparecida de Goiânia Gustavo Mendanha é vice-presidente.

A reunião para revogar a suspensão e marcar nova data do leilão ocorreu na noite de quinta-feira, quando Mendanha e Marcos Roberto aprovaram as novas medidas, diferentemente de Anita.

SALÁRIOXCPF

Nos bastidores, governistas acusam Navarrete e Anita de tentarem adiar o leilão e a futura liquidação da CelgPar para manter os altos salários na companhia. O presidente recebe cerca de RS 65 mil. Já fontes ligadas aos ex-diretores relatam que havia "preocupação com o CPF" diante da pressa do governo em agilizar o processo e "atropelar etapas".

A reportagem tentou contato com Anita, por meio do celular dela e de Samuel Belchior, mas ela não atendeu e não deu retorno às mensagens. Gustavo Mendanha, que agora assume novo cargo, também não foi localizado..

Parecer do TCE, vetos e proposituras do Governo são lidos no Expediente

Durante o Expediente da sessão ordinária desta terça-feira, 30, foram lidos em Plenário vetos e projetos de lei do Poder Executivo, além de processo advindo do Tribunal de Contas do Estado. Confira, a seguir, o teor das matérias:

Vedações

Processo nº 23984/25 - veta integralmente o autógrafo de lei nº 505, de 4 de setembro de 2025 (processo nº 320/23, de autoria do deputado Veter Martins).

Processo nº 24316/25 - veta integralmente o autógrafo de lei nº 503, de 3 de setembro de 2025 (processo nº 9406/23, de autoria da deputada Bia de Lima).

Processo nº 24318/25 - veta integralmente o autógrafo de lei nº 511, de 4 de setembro de 2025 (processo nº 2645/24, de autoria do deputado Dr. George Morais, processo nº 2881/24, de autoria do deputado Amilton Filho, e o processo nº 3427/24, de autoria do deputado Jamil Calife).

Processo nº 24413/25 - veta parcialmente o autógrafo de lei nº 500, de 3 de setembro de 2025 (processo nº 265/23, de autoria do deputado Henrique César).

Processo nº 24414/25 - veta parcialmente o autógrafo de lei nº 502, de 3 de setembro de 2025 (processo nº 1156/23, de autoria do deputado Virmondes Cruvinel).

Processo nº 24415/25 - veta parcialmente o autógrafo de lei nº 509, de 4 de setembro de 2025 (processo nº 4759/23, de autoria do deputado Gustavo Sebba).

Projetos de lei e parecer de contas

Processo nº 24298/25 - altera a Lei n° 21.073, de 9 de agosto de 2021, que cria o incentivo à alfabetização, destinado a premiar as escolas públicas das redes estadual e municipal de ensino, de acordo com os resultados no Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de Goiás na Alfabetização (Idego-Alfa) e no Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Goiás (Saego).

Processo nº 24300/25 - dispõe sobre a adesão complementar do Estado de Goiás ao benefício fiscal previsto na legislação do Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos da Lei Complementar Federal n° 160, de 7 de agosto de 2017,

e do convênio ICMS nº 190, de 15 de dezembro de 2017, bem como altera a Lei n° 13.453, de 16 de abril de 1999.

Processo nº 24378/25 - Tribunal de Contas do Estado de Goiás - parecer prévio das contas do governador referentes ao exercício 2024.

Diretora da CelgPar é exonerada em meio a divergências internas

Diretora de Gestão Corporativa da Companhia Celg de Participações (CelgPar), Anita Luzia de Souza Pinheiro da Costa Belchior é a segunda integrante da cúpula da empresa a cair em meio às divergências sobre valores de venda de ativos que será realizada na próxima sexta-feira (3). Segundo o governo estadual, ela será substituída por Luiz Leite, que atuou como assessor na Celg Geração e Transmissão (Celg GT).No sábado (27), como mostrou o POPULAR, o presidente Fernando Navarrete pediu exoneração após embate com a cúpula do governo estadual sobre a definição da data do leilão, diante de indícios de subavaliação apontados pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO).Anita, que é mulher do ex-deputado estadual Samuel Belchior (MDB), votou contra a nova data marcada (3/10) para o leilão na B3, em São Paulo, em reunião da diretoria na quinta-feira (25), já após a saída de Navarrete. A reunião revogou a suspensão que o ex-presidente havia anunciado na segunda-feira (22), com a assinatura de todos os diretores.O governo afirmou apenas que a troca ocorreu para que um especialista em liquidações assuma o cargo.O secretário-geral de Governo, Adriano da Rocha Lima, assumirá o comando da companhia na sexta-feira, mesmo dia do leilão que foi remarcado com o mesmo valor mínimo, de R$ 194,6 milhões. Relatório técnico do TCE-GO apontou questionamentos sobre a metodologia de cálculo e avaliou que poderia haver aumento de cerca de R$ 100 milhões pelos quatro ativos que serão leiloados.Adriano defende a metodologia de avaliação da companhia e argumenta que, como não houve nenhum ato do tribunal no sentido de defender a suspensão, não há motivo para a não realização.O leilão estava inicialmente marcado para 30 de setembro, mas no dia 11 o governo foi notificado sobre o relatório técnico do tribunal. O conselheiro Celmar Rech enviou ofício à SGG com pedido de esclarecimentos sobre pontos formulados pela equipe de auditoria do tribunal, que recomendava "revisão criteriosa dos valores atribuídos aos lotes, considerando as premissas mais vantajosas ao Tesouro Estadual, a fim de assegurar uma venda mais favorável ao Estado, sem comprometer a razoabilidade dos valores e a competitividade/atratividade do leilão".Navarrete e os demais diretores da companhia aprovaram a suspensão publicada na segunda-feira, o que gerou reação de Adriano. Em nota na semana passada, o secretário afirmou que o ex-presidente tomou decisões unilaterais, consideradas "insubordinação".Na quarta-feira (24), houve rumores de que o governo poderia destituir toda a diretoria pelo fato de os integrantes terem assinado a ata da reunião que aprovou a suspensão do leilão. Além de Anita, o ex-presidente do Detran-GO e tesoureiro do diretório estadual do União Brasil, Marcos Roberto Silva, é diretor técnico e comercial, e o ex-prefeito de Aparecida de Goiânia Gustavo Mendanha é vice-presidente.A reunião para revogar a suspensão e marcar nova data do leilão ocorreu na noite de quinta-feira, quando Mendanha e Marcos Roberto aprovaram as novas medidas, diferentemente de Anita.salário x cpfNos bastidores, governistas acusam Navarrete e Anita de tentarem adiar o leilão e a futura liquidação da CelgPar para manter os altos salários na companhia. O presidente recebe cerca de R$ 65 mil. Já fontes ligadas aos ex-diretores relatam que havia "preocupação com o CPF" diante da pressa do governo em agilizar o processo e "atropelar etapas".A reportagem tentou contato com Anita, por meio do celular dela e de Samuel Belchior, mas ela não atendeu e não deu retorno às mensagens. Gustavo Mendanha, que agora assume novo cargo, também não foi localizado..

Parecer do TCE, vetos e proposituras do Governo são lidos no Expediente

Durante o Expediente da sessão ordinária desta terça-feira, 30, foram lidos em Plenário vetos e projetos de lei do Poder Executivo, além de processo advindo do Tribunal de Contas do Estado. Confira, a seguir, o teor das matérias:

Vedações

Processo nº 23984/25 - veta integralmente o autógrafo de lei nº 505, de 4 de setembro de 2025 (processo nº 320/23, de autoria do deputado Veter Martins).

Processo nº 24316/25 - veta integralmente o autógrafo de lei nº 503, de 3 de setembro de 2025 (processo nº 9406/23, de autoria da deputada Bia de Lima).

Processo nº 24318/25 - veta integralmente o autógrafo de lei nº 511, de 4 de setembro de 2025 (processo nº 2645/24, de autoria do deputado Dr. George Morais, processo nº 2881/24, de autoria do deputado Amilton Filho, e o processo nº 3427/24, de autoria do deputado Jamil Calife).

Processo nº 24413/25 - veta parcialmente o autógrafo de lei nº 500, de 3 de setembro de 2025 (processo nº 265/23, de autoria do deputado Henrique César).

Processo nº 24414/25 - veta parcialmente o autógrafo de lei nº 502, de 3 de setembro de 2025 (processo nº 1156/23, de autoria do deputado Virmondes Cruvinel).

Processo nº 24415/25 - veta parcialmente o autógrafo de lei nº 509, de 4 de setembro de 2025 (processo nº 4759/23, de autoria do deputado Gustavo Sebba).

Projetos de lei e parecer de contas

Processo nº 24298/25 - altera a Lei n° 21.073, de 9 de agosto de 2021, que cria o incentivo à alfabetização, destinado a premiar as escolas públicas das redes estadual e municipal de ensino, de acordo com os resultados no Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de Goiás na Alfabetização (Idego-Alfa) e no Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Goiás (Saego).

Processo nº 24300/25 - dispõe sobre a adesão complementar do Estado de Goiás ao benefício fiscal previsto na legislação do Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos da Lei Complementar Federal n° 160, de 7 de agosto de 2017,

e do convênio ICMS nº 190, de 15 de dezembro de 2017, bem como altera a Lei n° 13.453, de 16 de abril de 1999.

Processo nº 24378/25 - Tribunal de Contas do Estado de Goiás - parecer prévio das contas do governador referentes ao exercício 2024.